



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 23/10/2013, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto, realizou-se a 154ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 153ª Reunião Plenária Ordinária.
2. Posse das senhoras **Maria Lúcia Tanabe e Rosane Cristina Gomes**, como conselheiras titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Licenciamento.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Exposição sobre **Plano de Reassentamento Habitacional** referente ao licenciamento ambiental dos terminais e sistemas viários Região Leste 1 e 2, Plano de Requalificação do Transporte coletivos – Região Sul 1 e 2 e Terminais de Itaquera e Corredores de Ônibus Região Zona Leste, pela **Sra. Márcia Maria Fartos Terlizzi**, da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB.
2. Discussão e Votação do **Relatório Final** da Comissão Especial – Ações para **Controle Ambiental das Radiações Eletromagnéticas** pelo Município de São Paulo, pelo relator **Nilton Jaime de Souza**.
3. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 153ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Relatório Final da Comissão Especial – Ações para Controle Ambiental das Radiações Eletromagnéticas

Secretário Adjunto Manoel Victor: Bom dia a todos. Eu vou pedir antes de dar início à reunião, mais uma vez que, por favor, desliguem os seus aparelhos celulares, porque nesse ambiente aqui, eles dão interferência. Vamos dar início à 154ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, neste dia 23 de outubro de 2013, quarta-feira. Vou passar a palavra, para o Coordenador Geral Luis Eduardo Peres Damasceno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia a todos os senhores e senhoras. Daremos início a esta reunião ordinária com seguinte expediente: primeiro item, discussão e votação da ata da 153ª Reunião Plenária Ordinária. Algum conselheiro teria alguma consideração, algum questionamento? A **Ata da 153ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada**. Segundo item: **posse das senhoras Maria Lúcia Tanabe**



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

e **Rosana Cristiana Gomes**, como **conselheiras titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Licenciamento**. Sejam bem-vindas. Algum conselheiro ou conselheira tem sugestões para inclusão na pauta desta reunião? Sem sugestões, passaremos à ordem do dia. Exposição sobre o plano de reassentamento habitacional, referente do licenciamento ambiental dos terminais e sistemas viários, região Leste 1 e 2, plano de requalificação do transporte coletivo, região Sul 1 e 2, e terminais de Itaquera, e corredores de ônibus região Zona Leste, pela senhora **Márcia Maria Fartos**, da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB. Por gentileza.

Márcia Maria Fartos: Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, com vocês. Agradeço o convite. Na verdade, Assessoria Técnica de Planejamento da SEHAB foi convidada a participar de um grupo intersecretarial, que trata da implantação desses empreendimentos corredores. Em especial, para tratar dos planos de reassentamento, e em função do impacto que a implantação desses corredores vai causar na população. Principalmente população em favelas, que mora ao longo dessas áreas de desapropriação. E também na perspectiva de buscar áreas de reassentamento e para essas famílias que vão ser impactadas. Eu quero apresentar para vocês a minha equipe, a Jane e a Cristina, que coordenam na minha equipe, as vistorias de campo e o trabalho de prospecção de áreas, e eu vou convidá-las para fazer essa apresentação, principalmente por que eu estou muito gripada. Vou começar a tossir. Vai ser um estrago. Também pedir ajuda para a equipe, e também por elas terem um conhecimento mais concreto da atividade, por estarem atuando diretamente. Então, eu queria passar a palavra para a Jane e para a Cristina para que elas façam a apresentação. E a gente vai estar, todo mundo, à disposição para perguntas logo após a apresentação.

Jane: Bom dia. Eu não sei se a gente mantém as luzes ligadas, porque eu estou vendo que a tela está mais no fundo. Então acho que vai ter um pouquinho de dificuldade, mas na dificuldade eu vou explicando um pouquinho mais. Bom, como a Márcia colocou, a nossa equipe tem participado de uma equipe, tem composto junto com uma outra equipe um grupo de técnicos de várias secretarias, para dar andamento às atividades de vistoria dos corredores, tendo em vista a elaboração do plano de reassentamento. Bom, é importante dizer que hoje nós vamos fazer algumas colocações e apresentar aspectos importantes das vistorias que SEHAB, junto com SPTRANS, SPOBRAS, SMDU, têm feito ao longo dos corredores. Só que antes da gente iniciar a conversa, a apresentação dessa etapa de vistorias, que é uma etapa muito importante, a gente gostaria de só destacar as principais diretrizes que estão norteando os trabalhos. Obviamente que a principal é o reassentamento das famílias no território do corredor. No caso, evitar o trabalho com aluguel social, à medida que a gente tem isso como uma premissa fundamental, a gente pretende trabalhar a desapropriação, indo diretamente para o reassentamento, sem ter etapas intermediárias, como, por exemplo, aluguel social, que muitos de vocês já devam conhecer como isso se procede. Uma diretriz importantíssima da nossa parte nessas atividades de vistoria. Incorporar as possibilidades de uso misto ao longo dos corredores, tendo em vista que vários deles vão, justamente, se desenvolver em corredores cuja predominância de uso é comercial, em serviços. Nessas atividades a gente tem isso em mente, para poder resguardar o uso misto existente, ou se caso, em alguns trechos ele não exista, da gente promover essa possibilidade. Outra diretriz é a promoção da integração de habitação com equipamentos sociais. Assim, nesse sentido, ela pode ter essa perspectiva extremamente positiva, também pela possibilidade de integração de habitação com equipamentos sociais. Em muitas áreas dos corredores, os equipamentos sociais, como a gente sabe, é uma forte demanda dessas populações, e incorporamos isso e estamos tentando prospectar também, nas nossas vistorias, novas áreas etc., que a gente possa trabalhar essa integração. E finalmente, uma parte muito importante dessa vistoria, as diretrizes que nos orientam é: à medida que vamos prospectando áreas de previsão, e à medida que vamos



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

avaliando áreas de previsão sugeridas pelas outras secretarias, nós também temos em mente a demarcação de áreas de ZEIS. Agora a pouco, o Plano Diretor foi entregue à Câmara. O mapa de ZEIS faz parte desse pacote que foi entregue como vocês sabem também. Embora as ZEIS existentes juntamente com ZEIS propostas, façam parte desse mapa, nós estamos, além disso, nessas vistorias, aproveitando a oportunidade para identificar áreas que sejam potencialmente bem-vindas para serem marcadas, grafadas como ZEIS, tendo em vista a importância que esses corredores assumem nos princípios do Plano Diretor, também. Isso é um fato que foi amplamente divulgado. Já nessa proposta de revisão do plano, os corredores, eles têm um papel importante, de estruturação da cidade de orientação, e dentro disso, é muito importante a gente assegurar o uso do solo para essas áreas, que são áreas de habitação de interesse social. Bom, então, a gente vai falar das vistorias. É importante mostrar o universo de corredores que fazem parte dessa primeira rodada de vistorias. Quer dizer, aqui a gente tem um conjunto de corredores, que compõem os corredores prioritários de etapa 1 e etapa 2. Bom aqui, os corredores cujas vistorias estão sendo finalizadas. Esse Agamenon e Guavirituba de M'Boi Mirim fazem parte dos corredores prioritários. Eles estão desse lado, porque essas vistorias da etapa 1 vai ser finalizada essa semana, com a vistoria desses dois corredores. E os demais, eles estão agendados para continuar com essa atividade de vistoria. E os daqui, claro, já foram realizados. Nós apresentamos as diretrizes que norteiam essa elaboração de plano de reassentamentos. E agora, com relação às vistorias, quais são os objetivos? Os objetivos: avaliação das áreas propostas para provisão habitacional, verificação da situação atual dos assentamentos precários, das áreas de favelas existentes ao longo desse corredor. Alguns corredores impactam diretamente várias áreas de assentamento precário, principalmente os corredores do Sul. E alguns corredores, nem tanto. Mas por exemplo, no caso de terminais, mesmo que o corredor não impacte os pontos de terminais, de implantação de terminais, também são pontos importantes a serem avaliados para a gente pensar o plano de reassentamento. É importante dizer também que não só os corredores, os assentamentos diretamente ligados ao projeto do corredor, mas também os assentamentos que não são diretos, indiretamente, eles não são afetados no seu território, mas estão ali na vizinhança, e, em alguns momentos, esses corredores também podem impactar. Proporcionar algumas modificações nesses assentamentos, então, isso também está sendo verificado pelas equipes de vistoria. Pela equipe de vistoria. Que não são várias. É uma só. Avaliação do impacto do corredor nos assentamentos precários atingidos direta e indiretamente. E prospecção de novas áreas de provisão. Bom, a metodologia, ela se divide em algumas etapas. Preparação do material recebido pela SP Urbanismo. Quer dizer, a gente tem um material que é previamente analisado, onde a gente tem algumas sugestões. Essas sugestões é que vão ser vistoriadas. A gente prepara esse material, sai a campo, retorna, organiza as informações, todas as informações coletadas na vistoria, e elabora um produto final dessa fase, uma prancha síntese, que vai ser repassada para aprofundar essa análise. A prancha síntese, ela é isso daqui. Assim, está bem longe, a ideia também não é que vocês consigam ler. Mas assim, vou explicar os setores dessa prancha síntese, como ela foi pensada. No caso aqui, a gente tem a prancha síntese do Corredor Leste, Radial 3. O projeto do corredor nos é enviado com várias informações. A gente seleciona, trabalha uma prancha de vistorias, com informações seletivas. Em amarelo aqui, nós temos as áreas de assentamento. Em vermelho, as áreas propostas para desapropriação. Desapropriação por conta do corredor, propriamente dito, o leito carroçável mais as áreas que são de suporte ao corredor. E desapropriação, áreas que são estudadas para poder ter um apoio de equipamentos, ou de áreas de manutenção, enfim. Em vermelho, é isso que está sendo proposto. E, está difícil de ver, mas nesse conjunto de áreas grafadas em vermelho, nós temos áreas hachuradas, que poderiam ser localizadas a partir dessas linhas que aqui elas estão finas, essas linhas aqui, que vocês podem ver. Cada imagem dessas é uma imagem emblemática da área proposta para provisão habitacional. Então dentre o conjunto de possibilidades de ocupação dessas áreas desapropriadas, nós temos as áreas de provisão. E essas imagens se referem a essas



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

áreas. Por exemplo, aqui no corredor Leste Radial 3, não temos tantas áreas assim nesse caso. Nós temos apenas 4. A vistoria foi feita nessas áreas, especificamente. Nas áreas de assentamentos, que têm influência direta. E nessas áreas também, que não são de influência direta, mas que estão na vizinhança, a gente avalia qual o impacto que esse corredor vai ter nesse assentamento. Porque afinal de contas, essa responsabilidade de SEHAB é verificar a permanência ou não desses assentamentos, e o impacto que essa obra viária vai ter. Bom, e uma parte importante da prancha síntese é essa tabela, cujo título aqui é, no caso, vocês estão vendo duas tabelas. Essa tabela aqui, ela tem informações sobre os assentamentos impactados diretamente, que sofrem impacto direto, e essa, informações sobre os assentamentos que não sofrem impacto direto, mas estão na vizinhança. Essa tabela tem um slide onde ela vai aparecer de forma mais nítida, aí eu vou me deter mais sobre as informações contidas. Essa imagem é para que vocês possam ter, mais ou menos, uma visão do que é esse produto final de vistoria, nesse momento. Essa é a prancha síntese que contém informações gerais sobre o impacto viário nos assentamentos. Mais essa tabela que a gente vai explicar daqui a pouquinho. Bom, essa é uma outra prancha síntese. É interessante mostrar, essas vistorias que a gente tem feito, quando a gente iniciou, a gente foi pensando muito em vistorias por corredor. Mas a verdade, cada corredor apresenta uma especificidade, várias. Especificidades urbanísticas, e no nosso caso, como nós estamos focando mais nos assentamentos e áreas de provisão, existem alguns corredores que apresentam vários assentamentos ao longo dele, outros nem tanto, e outros, houve oportunidade de delimitar áreas de provisão. Propostas de área de provisão, muito mais do que outros. Quanto maior a quantidade de áreas de provisão a serem vistoriadas, ou maior a quantidade de assentamentos impactados, isso demanda um tempo de ida a campo, o dia inteiro, um dia e meio. O corredor M'Boi Mirim, que é dividido em vários trechos, Baronesa, Cachoeira, Guabirituba, Guarapiranga, Agamenon, ele está demandando três dias de vistoria. Isso é muito variável. Isso varia de corredor para corredor. No caso aqui, do Carlos Caldeira, ele nem é um corredor tão extenso se comparado aos outros. Mas a gama de áreas de provisão que ele oferece, e a situação geográfica dele nos tomou um certo tempo, e conseqüentemente, a prancha síntese, ela está mais carregada de informações. Nesse caso do corredor Carlos Caldeira, a gente tem uma situação onde ele se desenvolve ao longo do córrego do Capão Redondo. Essa situação lindeira ao córrego, e conseqüentemente áreas de provisão lindas, elas vão trazer algumas restrições. Então, essa situação, a gente só pode observar indo a campo, nas vistorias. A gente vai também, voltar a falar dessa situação específica onde a gente encontra corredores se desenvolvendo ao longo de córregos. Aqui é uma visão geral. Novamente imagens emblemáticas. Com dados, é importante destacar, esse pequeno textinho que vocês veem abaixo, é a área da provisão e informações sobre o zoneamento da provisão. Em que zona que eles se encontram, esses lotes, esses conjuntos de lotes de provisão. Em que zona que ele se encontra, a capacidade de unidades habitacionais que cada lote apresenta. E aqui abaixo, como ele era um corredor com certa complexidade urbanística, a gente está fazendo algumas colocações com relação ao grupo de áreas de provisão vistoriadas. Quais seriam seus pontos positivos e negativos, e uma pequena conclusão aqui. Só para vocês terem uma ideia, como a prancha síntese está difícil de ser visualizada para todos, a gente só separou alguns fragmentos para vocês observarem como ela foi preparada. Como ela é preparada para a vistoria. No caso, a gente tem, só a título de exemplo, um trecho do corredor Belmira Marin, onde a gente tem aqui, uma favela impactada por uma área necessária para o corredor. Essa parte aqui. A linha do corredor, propriamente dito, essa mais escura, como a gente pode notar. E a área de favela é essa daqui, obviamente. Então, quando a gente vai a campo já sabendo, tendo isso grafado no mapa, a gente já sabe que isso está acontecendo, a gente chega lá para verificar a situação geográfica de assentamento. Porque, por exemplo, nesse caso, esta favela aqui, eu não me recordo bem deste exemplo de favela, especificamente, mas assim, não é incomum verificar assentamentos nossos que se desenvolveram, e estão consolidados em áreas de declive. Afinal, são as áreas de declive, as áreas que não são de preferência, de



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ocupação. Obviamente, essas áreas de assentamento precário, é uma prioridade. É a ocupação dessas áreas. Nesse caso, essa favela, se ela se encontra em área de declive, é muito importante considerar que a retirada desse fragmento implicaria em obras civis de talude, de ajuste da favela, para o restante do assentamento poder permanecer. Porque se essa é uma área com declividade acentuada, com alguma declividade, que seja a precariedade das moradias, é como se fosse um efeito dominó. Você tira um trecho da cota mais baixa, se você não ajustar, adequadamente, não tiver um talude, não tiver uma estrutura que possa proteger as moradias que estão acima dessa cota, você tem um efeito perverso. Não é só botar o projeto do alinhamento, o projeto viário aqui. Mas assim, é pensar como é que isso vai ser feito. Essa parte vai ser reassentada, mas como é que fica o restante dessa área ocupada por moradias precárias? Então isso tem que ser computado nesse plano de reassentamento. Essas obras civis, que em alguns pontos, vão ser necessárias. Isso tem que ser levado em conta.. Bom, as principais observações no retorno da vistoria, a gente está destacando só as mais importantes, nós temos algumas outras. Nas áreas de provisão sugeridas, e nos espaços livres, onde a gente poderia pensar a provisão, nós temos acentuadas declividades. As áreas de provisão sugeridas ali dentro da Secretaria, na prancheta, no computador, demarcadas, quando a gente vai vistoriar, não é o que a gente imaginava. Mesmo você tendo hoje recursos como o Google Street View etc., você chega lá e a geografia do lugar mostra que não dá para ser desse jeito. Isso tem acontecido em várias áreas de provisão. E também tem dificultado a prospecção de outras áreas. Bom, proximidade de córrego e presença de áreas de proteção permanente. Isso também é uma situação muito delicada, porque como eu falei, o trabalho é intersecretarial. Então a gente pega uma análise urbanística prévia, faz a nossa, e quando a gente chega lá, assim, a gente percebe que a área demarcada na vizinhança do córrego, guardando os 30 metros de APP, não resulta em uma área que dê para a gente aproveitar para a provisão habitacional. Então a gente também avalia: bom, não vai dar, quantas unidades vão ser feitas, como é que a gente faz, como a gente trabalha com isso, vamos deixar de lado essa área, será que essa área serve para equipamento? Então aí a gente tem uma troca, também, com o pessoal do equipamento, que está debruçado sobre isso, pensando os equipamentos sociais. Então existe uma troca, agora a gente está entrando em uma fase onde isso vai ser conservado com mais intensidade. O Leste Radial, o Carlos Caldeira, são corredores que estão se desenvolvendo ao longo dos córregos, e em alguns deles, pelo projeto, a gente entende que o córrego vai ficar destamponado, e aí, as áreas de APPs acabam consumindo boa parte das quadras lindeiras. As quadras imediatamente vizinhas ao corredor, elas acabam sendo comprometidas com as áreas de APP. Que acaba tomando boa parte dessa quadra, e a gente não tem como utilizar o restante, que sobra. Nesse sentido, a gente tem observado as quadras imediatamente adjacentes a essas, para ver as possibilidades. Se não é possível pensar na provisão, na quadra que está ali do lado, por essas questões, lógico, então a gente vai, caminha adentro, para verificar a quadra seguinte, paralela ou renque de quadras paralelo a essas áreas propostas inicialmente. A presença de áreas contaminadas: então em algumas áreas de provisão, que poderiam servir para área de provisão, se não é a declividade, se não é APP, acontece a contaminação. Que no caso de São Paulo, a época da industrialização deixou marcas de contaminação em vários setores ao longo de ferrovia, ao longo dos rios. Mas, hoje, a contaminação, ela deriva, principalmente, de postos de gasolina. Não são, nem tanto assim, áreas industriais. São postos de gasolina. E o posto acaba contaminando mesmo, o lençol freático. A gente tem restrições ambientais importantes aqui. E as diretrizes, mesmo, do programa Minha Casa, Minha Vida também, estão aí para lembrar a gente da situação de restrição. E uma última observação é diversidade de padrão construtivo de consolidação de edificações. Como é que a gente pode entender isso? Por exemplo, a gente demarca uma área de provisão lá na Secretaria, avaliando as plantas, avaliando um monte de coisas. A gente já sabe que isso vai acontecer. Só que em alguns momentos, isso aparece com muita força. A gente delimita a quadra inteira, tal, a gente vê que têm muitos pontos ou de moradias consolidadas com padrão, ou



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de outros equipamentos, ou mesmo edificações comerciais, que acabam sendo referência em vários desses corredores. Esses corredores, grande parte deles estão em uma área que não apresenta qualificação urbanística muito evidente. Algumas dessas edificações acabam se tornando uma referência no local, e é importante também considerar, na medida do possível, não que isso vá impedir completamente a nossa ação, a nossa intervenção, mas também considerar essa variável. Refinar esse recorte da área de provisão. Às vezes, a gente marca uma quadra. Aí chega lá, fala: ah, certo. Vamos excluir esta. Dá para excluir. Dá para considerar só esse outro conjunto? Esse refinamento das áreas de provisão, que neste momento ainda não seria aprofundamento, uma vez que essas áreas de provisão sejam selecionadas, a gente tem que refinar esse recorte. É muito importante isso também. Considerando o que está consolidado, novamente, destaco que isso não é uma coisa impeditiva, mas à medida do possível, é importante refinar, porque as consolidações, elas acabam sendo referências em muitas áreas. É importante levar em conta, isso. Não dá para falar: não tem declividade, não tem córrego, não tem contaminação, está dentro. Não é bem assim. Eu acho que merece também, a gente rever. Porque são essas consolidações que vão também, ajudar a consolidação do que está por vir. Se você tem terra arrasada, pode ser muito complicado. Então isso também é uma variável que não é impeditiva, sim, mas ela é importante de ser considerada. Até porque, se você encontra outras áreas que possa servir... O vizinho que não estava marcado na outra quadra, é uma edificação precária. Aí você vai lá. Avalia: não, vamos juntar essa, vamos deixar essa, sabe? É junta, põe, tira, soma... Aí é um trabalho mais de formiga. Que também merece ser feito. Deve ser feito. Vamos lá. Bom, aqui então... Aquelas observações, agora aqui aparecem em imagem. A gente tem uma área aqui, super emblemática, aliás, lá na Estrada da Baronesa. Se a gente voltar slide de antes. Essa aqui é a planta de vistoria, com aquelas informações que eu já comentei com vocês, aqui são outras imagens desse trecho, da Baronesa, que a princípio, também hachurado, ele foi marcado para observação de provisão. A gente chega lá, a gente dá de cara com isso. A Estrada da Baronesa está aqui, e a gente tem modificação que deve ter alguns metros de largura, e logo atrás, uma pirambeira. Essa edificação é uma loja comercial. Agora, você pensar provisão habitacional aqui, fica muito complicado. Não dá. Muito difícil, o movimento de terra. Mesmo para o projeto. E é interessante dizer que as diretrizes do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, dentre elas... Interessante: A cada vistoria, nós vamos acompanhados desses colegas de outras Secretarias, e também de colegas de HAB que têm uma expertise com trabalhos de assentamentos precários. Que antigamente, tinha o nome de HAB Regional. Dentro de HAB, para quem conhece, a gente tem uma divisão de setores. Hoje é conhecido como DEHAR. Mudou de nome. Então a gente tem HAB-Sudeste, HAB-Sul, HAB-Leste, HAB-Norte, HAB-Mananciais etc. A cada vistoria a gente convida, a gente tem esse parceiro, o técnico, nosso colega que vai com o seu olho clínico, nos ajuda, colabora a fazer essa análise. E é muito mais interessante com a presença desses colegas. Bom, nesse caso aqui, eu estava começando a falar que no Programa Minha Casa, Minha Vida, a gente tem uma diretriz, isso foi colocado pelo colega técnico da regional, ele lembrou muito bem. Ele falou assim: olha, dentro das diretrizes do programa Minha Casa, Minha Vida, a gente tem uma situação que, se você tem um lote, 30% de área ociosa, seja por conta de uma APP, seja por conta de algum outro elemento que vai interferir nisso, você já descarta essa intervenção. Ou, por exemplo, a pirambeira. Pirambeira está dentro dos 30% de área ociosa, então já não seria uma situação bem-vinda para provisão. Então, no caso da Baronesa, um renque de áreas livres, não ocupadas, não com coeficiente de ocupação, nem média, coeficiente baixo, elas foram descartadas por conta dessa situação geográfica. Isso é uma situação muito comum. Tem sido uma situação muito comum. Bom, aqui, só para ilustrar. A outra, aquela que eu falei, presença de Áreas de Proteção Permanente. Então aqui a gente está no Carlos Caldeira. O corredor vai passar exatamente aqui nesse setor. A gente tem o córrego que o projeto aponta córrego destampado. Mas mesmo que ele seja tamponado, a gente continua tendo a situação, a reflexão sobre áreas de proteção, porque área de proteção permanente não está sendo



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

relacionada ao curso d'água visível. Ela está relacionada à drenagem, e drenagem é geomorfologia. Então o córrego tamponado ou não, apresenta sempre essa questão da APP. Porque é drenagem urbana. Se ele aparece, se ele não aparece, a questão permanece. Neste caso a gente está na área do corredor, as áreas de provisão grafadas, que nem são aqui do ladinho, mas são na vizinhança, também é muito difícil de acontecer, por conta dessa situação de córrego presente. Vamos para o próximo slide? Esse aqui é um fragmento do Carlos Caldeira. A gente tinha visto grafado uma área grande, aqui. Proposta de assentamento. E o córrego, a cor azul do córrego ou uma cor que discrimine, ele está meio que amarelinho. Está com duas linhas escuras. Ele serpenteia um pouco, lá para frente, inclusive, e isso acaba sendo um ponto de restrição. Nesse caso, é uma área grande. A gente tem uma proposta que vai além dos 30 metros. Esse caso é um caso que a gente pode até pensar. Mas têm várias situações de área muito mais estreita, e que acaba sendo inviabilizada pela presença desse corpo hídrico. E é uma situação que não tem como fugir dela. Porque as grandes acessibilidades da cidade, historicamente, elas (incompreensível) de fundo de vale, já. Como a gente sabe. E essas outras acessibilidades mais periféricas por onde vai passar o corredor são acessibilidades que também tiram partido dessa cota mais baixa, ao longo de corredor. É muito difícil a gente fugir disso. O que a gente tem é que rever algumas áreas e tentar se adaptar a essa situação, se adequar. Mas tem aparecido com frequência. Vamos para o próximo? Aqui é uma outra visão do Leste Radial 3. O corredor está passando para lá. Nesse sentido aqui, à esquerda, vocês que estão vendo, a gente tem a estação de Guaianases, o Mercado, o Viaduto da Jacu Pêssego aqui para frente, e o corredor, assim, em meio a tudo isso, sendo proposto. E nesse caso, a área de provisão é essa aqui. Que tinha sido imaginada. A gente verificou essa inviabilidade, por conta também dessa área de APP. Nesse ponto, não são só tristezas assim, nessas vistorias. Ao mesmo tempo em que a gente ouve: “puxa, não vai rolar, a gente vai ter que ver a outra quadra”, nesse ponto em especial, em Guaianases, a gente tem uma proposta de intervenção viária por conta do corredor, que pode ser muito bem-vinda. Porque embora a gente não esteja com essa área do equipamento, mas aqui nesse ponto a gente tem a estação, o mercado, a área livre, o viaduto, nesse ponto, tem uma escala metropolitana, cuja ocupação sob o viaduto não tem problema nenhum, é um ponto importante no local, é um ponto consolidado. Existem relações urbanas, o pessoal circula, o pessoal usa, o pessoal fica, vai do mercado, vai para o trem etc. Então pode ser um ponto muito importante de pensar a integração de equipamentos sociais aqui nessa parte, próxima à estação de Guaianases. Para habitação, a gente descartou essa parte lindeira, a gente vai refletir sobre as quadras vizinhas nesse ponto aqui. Bom, aqui é uma imagem também do Leste Radial, um posto de gasolina lindeiro, que tinha sido demarcado como área de provisão, e também o mesmo caso, vai ser descartado a princípio, certamente. E a gente vai prospectar outras áreas na vizinhança. A gente já tem esse levantamento em alguns corredores. É que em alguns corredores esses vazios que podem servir de provisão, eles são mais evidentes, eles aparecem, a gente consegue verificar. Porque todo esse material de vistoria, ele tem que ser preparado. A gente não pode chegar lá, se dar ao luxo de ficar passeando quadra por quadra. Ele é preparado. Com relação à última observação, que a gente tinha feito, é a diversidade de padrão consultivo e de consolidação de edificações. Aqui também o Carlos Caldeira. Em alguns momentos, essa quadra aqui, por exemplo, é uma quadra demarcada como provisão, e que pode ser como provisão, sim. Essa é um exemplo de recorte. Rever a delimitação da desapropriação, por conta, de praticamente, edifícios de 5 andares que você tem que dá para a estrada do M'Boi Mirim. Aqui atrás dessa quadra, a gente tem a estrada d M'Boi Mirim, a gente tem aqui, edifícios de 5 andares, mesmo, que aproveitam essa declividade para implantação. E os demais imóveis apresentam um padrão. Eles são mais horizontalizados. Pequenos sobrados. Lotes pequenos. Enfim, que poderiam sim, ainda passar por desapropriação, para receber provisão. Aqui é um exemplo do que a gente está chamando de recorte da área. Aqui é um exemplo por conta do aproveitamento construtivo que o pessoal fez do seu lote. Será que vale a pena? E quando você olha lá na frente, é comércio, com a moradia



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

dele. E para baixo têm outras moradias. São questões que a vistoria tem apontado. Vamos para frente. Aqui, é uma área hachurada, provisão, e é isso que acontece. Bom, aqui, por exemplo, também é no Carlos Caldeira, aqui no fundinho, a gente tem o córrego e a área de passagem do corredor. Imediatamente do lado a gente tem um condomínio, com qualidade construtiva muito boa. Com várias famílias morando. Como a gente vai lidar com essa situação? Dentro de um setor urbano onde você tem precariedade, uma ocupação que não é tão densa, a gente tem um ponto de conjunto habitacional consolidado, que acaba virando uma referência, com várias famílias, que acaba sendo desapropriado parcialmente, ou até completamente, por esse projeto do corredor. São questões que a gente está levantando. Só voltando um pouco, Cris. Vocês podem ver que não é uma rua assim, que apresenta muitos imóveis em estado precário. Como a gente disse: não que a gente está tirando isso do foco. Mas o que a gente está levantando é de poder refletir um pouco mais sobre o recorte dessas áreas desapropriadas. E aqui, na Carlos Caldeira e na Comendador Santana, a gente tem, para além desses pequenos comércios, aqui, a gente tem grandes lojas. Tem Lojas como, por exemplo: Lojas Besni, tem outras lojas de comércio mais popular, aqui, que também são obras construídas recentemente, e o corredor não vai desapropriar. É bom que se diga o corredor, ele está passando uma situação, que não é que ele pegue vários imóveis desses que eu estou comentando. Mas é que na hora da gente pensar provisão, a gente tinha demarcado isso inicialmente, aí chega aqui, a gente revê e se depara com essas grandes edificações comerciais, e isso é um elemento que a gente precisa pensar direito. Nessa avenida, Comendador Santana, o que a gente tem como desapropriação parcial, é equipamento social. Não completamente. Mas parcialmente, ele é afetado pela obra do corredor especificamente. A gente não trouxe essa imagem, a gente já tem discutido sobre isso, então isso também é colocado para rever o traçado, o alinhamento. Vamos para frente. Bom, aqui é aquela tabela que eu tinha comentado com vocês, que faz parte das pranchas síntese. Então essa tabela, ela contém informações: as favelas diretamente afetadas, o PMH, que é o Plano Municipal de Habitação que foi elaborado, mas que não é oficial, informações que foram reunidas por ocasião do PMH, com relação a esses assentamentos. Para a gente só contrapor, purificar. Nessas áreas de favela, a gente reuniu essas informações referentes a essas favelas. Urbanizar e regularizar, e o quadriênio onde isso seria feito. Só que é importante dizer que quando a gente tem essas informações do PMH, essas intervenções, elas se referem ao conjunto todo da favela. Elas não são intervenções, elas podem até ser, no território da favela, parciais, mas cujo objetivo é o benefício do conjunto todo do assentamento. Bom, aqui a área da favela, do assentamento. E aqui a área que vai sofrer remoção, porque, afinal, essa tabela se refere aos assentamentos diretamente atingidos pelas obras do corredor. As áreas de remoção calculadas. Aqui do lado, as áreas dos assentamentos, total. E o número de domicílios dos assentamentos. Aqui, por exemplo, é uma coisa muito pequenininha. E o número de domicílios afetados que se encontram nessas áreas de remoção. A gente tem, no caso do Carlos Caldeira, a gente tem esse total. Esse número de domicílios removidos, essa área de remoção se refere à obra viária, especificamente. E a previsão de remoção do PMH, então, por exemplo, a obra viária vai remover esse montante, o PMH planejava essa situação. E isso significa a mesma coisa. Claro. Porque essa situação, ela pode estar em outro setor do assentamento, e não naquele setor que vai sofrer o impacto do corredor. Então a gente listou isso para a gente poder depois, verificar quais seriam esses, por exemplo, para verificar possíveis links, assim, para poder ter um aproveitamento em cima dessa intervenção, inclusive. E esses vazios, a gente não tem informação, o ano de implantação e a propriedade. Se ela é de propriedade municipal, ela está assinada. Senão, é um vazio. A gente não tem informação. Além dessa tabela que faz parte da prancha síntese, uma prancha onde nós estamos totalizando, por corredor, as áreas inicialmente indicadas, quantas dessas áreas, após a vistoria, permanecem indicadas, e lembrando que essa indicação não significa, exatamente, que isso vá ter como fim a provisão habitacional. Porque essas áreas indicadas, elas vão passar por um pente-fino, digamos assim, porque elas precisam passar por outros



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

processos de avaliação. A vistoria é só o ponto de partida desse processo. Aqui a gente tem essas áreas de provisão. Vamos passar por outras análises, aspectos de análise que a gente também vai trazer para vocês, apresentar. Exemplo: eu tenho uma APP, mas a área de provisão é de um porte tal, que mesmo subtraindo, ainda tem essa área, por exemplo. Ou algum outro obstáculo que mesmo subtraindo, eu ainda tenho uma área que corresponde a essa quantidade de unidade habitacional. Aqui a gente tem o cálculo bem genérico das possibilidades de ocupação habitacional dentro da área viável dos lotes que sobreviveram a essa primeira vistoria. Esse cálculo é bom frisar, ele é um cálculo geral, pessoal. Cálculo geral. Porque a gente não tem todas as informações dos assentamentos que nos facilite fazer um cálculo preciso. Porque como vocês sabem, a ocupação dos assentamentos, ela é uma ocupação extremamente espontânea, a gente tem ocupação em cima de ocupação, o que no Google me parece uma moradia, você chega lá, são 5, uma embaixo da outra. É muito complicado. O que parece uma moradia por conta da cobertura, você chega lá, além de ser 5, uma embaixo da outra, a gente tem uma apoiada na outra, com a mesma cobertura. É muito complicado verificar isso. Mesmo nas nossas vistorias, a gente não consegue afirmar, esses números a gente não consegue trazer precisão para esse número. Seria meio irresponsável, da nossa parte. Então a gente está trazendo um cálculo geral, a gente faz um cálculo ali que produz esse valor. Só para a gente poder pensar um pouco sobre isso. E é importante dizer também que esse valor, o cálculo é geral, e ele é multiplicado. Essa quantidade de moradias, ela é multiplicada de acordo com o zoneamento vigente daquela área de provisão. Por exemplo, no Carlos Caldeira, a gente tem várias áreas, mesmo àquelas que: “não dá para usar.” Mas aí você vê uma vizinha e dá para usar, têm várias em ZEIS 1. Temos a sorte, nesse caso, de estar ladeado por áreas de ZEIS. Porque a gente tem que considerar o zoneamento vigente. Não aquele que a gente pensou que foi proposto, do plano, da revisão do plano que está lá na Câmara. Mas o zoneamento que está, hoje, em vigor. Então quando a gente tem áreas de provisão em ZEIS, a gente considera o CA 2,5. Dependendo do tipo de ZEIS. E foi o que aconteceu aqui. A gente está frisando isso. Só que, por exemplo, uma coisa emblemática é falar do corredor M’Boi Mirim, que é um dos corredores mais extensos. Quem já observou sabe disso. E o M’Boi, ele se desenvolve em área de mananciais. E área de mananciais o CA é 1. Então acaba trazendo esse conflito. O corredor, que é para ser adensado, por conta daquela mobilidade, daquela acessibilidade, que vai ser implantada ali.. Ele hoje, está com CA 1. Se fosse pensar no CA que faz parte da revisão do plano, talvez o CA fosse outro. Ou se a gente pudesse pensar em futuras áreas de ZEIS ao longo desse corredor, com o seu CA correspondente, seria outra coisa. Mas no momento, a gente teve que considerar o zoneamento vigente. E no M’Boi, por exemplo, esses cálculos estão baseados em CA 1. Está certo? Ou seja, pouca ocupação. Agora já, meio que finalizando os aspectos que precisam ser considerados no plano de reassentamentos. Na análise das áreas de provisão e, conseqüentemente, no plano de reassentamento. Então, análise fundiária do conjunto de lotes a serem desapropriados. Muito se falou nisso nos nossos debates, nas nossas reuniões. Aquelas áreas de provisão que nós analisamos nas vistorias, que nós apontamos aqui alguns exemplos para vocês, as unidades habitacionais que a gente calcula que poderiam ser colocadas ali, elas estão baseadas em um conjunto de, às vezes, 10, 15, 40 lotes, enfim. São vários. E essa análise fundiária, ela precisa ser feita. Ela está nesse processo. Ela é uma atividade desses estudos das áreas de provisão. Porque isso tudo tem que ser pesado. Não é só a área de provisão estar lá, desimpedida. Não tem córrego, não tem declive, e pronto. A gente tem que avaliar essa estrutura fundiária, porque será que vale a pena? Tem que consumir. Será que vale a pena 40 lotes, e se dois deles apresentarem problemas jurídicos? Aí compromete. Tem o tempo. Como é que a gente vai lidar com isso? Então aquela coisa de recortar, refinar um pouco, a partir de uma análise fundiária é muito importante. É fundamental para a gente pensar essas áreas de provisão. Adequação das diretrizes do programa Minha Casa, Minha Vida. Minha Casa, Minha Vida também, ele tem muitas diretrizes restritivas, que se não é a geografia do lugar, ele também pode apresentar algumas restrições, alguns impedimentos.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Potencialidade das unidades habitacionais versus as obras civis. É o seguinte: às vezes, a área não tem impedimento geográfico nenhum etc., mas é uma área que vai nos trazer 50 unidades, por exemplo. Será que essas unidades vão valer a pena diante do custo que você vai ter para desapropriar, da obra civil, do custo das obras de construção dessas unidades? Então a gente meio que está pensando se a gente trabalha com uma linha de corte de unidades habitacionais. Naquelas pranchas síntese que a gente mostrou, a gente está calculando para todas as áreas de provisão. A potencialidade das unidades habitacionais, quer dizer, qual o custo que essas 50 unidades vão trazer, e qual é o custo que: “olha, aquele lote, a gente consegue 100.” Então a gente vai trabalhar com áreas de provisão para 100 unidades? Vai ter uma linha de corte? E a gente tem corredores no Leste, no Manancial, e no Sul. Que não chega a ser área de manancial. O valor da terra também é diferente em cada zona da cidade. Como é diferente em cada zona da cidade, como a gente sabe. Então assim, o que pode ser uma quantidade de unidades habitacionais muito pequenas, na região Leste, não vale a pena, porque o custo vai ser outro, no Sul pode valer a pena. Isso também varia, dependendo do corredor. A gente elencou, além dessas, uma última... os parâmetros da legislação urbanística vigente, quer dizer, aquilo que eu comentei do CA, das áreas de ZEIS. M’Boi Mananciais, hoje é CA1. Está certo? Aquela ideia de adensar, de aproveitar bastante a área do corredor, aproveitar essa intervenção, aproveitar esse projeto, nesse corredor a gente tem que ver como isso pode ser feito. São esses quatro que nós decidimos apontar nesse momento. A gente vai para uma etapa de aprofundamento dessa avaliação. E as próximas ações, na finalização do levantamento das áreas de provisão, a finalização dos cadernos de DUP e DIS, o cadastramento e essas para o ano que vem. Assim, vai demandar um tempo ainda, de a gente elaborar isso. Agora, esse caderno aqui, por exemplo, de DUP e de DIS, tem que passar por esse equacionamento dessas variáveis que foram apontadas no slide anterior. Acabou. É isso, pessoal. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Queremos agradecer à Márcia Fartos e a equipe. Algum conselheiro tem alguma pergunta sobre o assunto? Com a palavra, o Conselheiro Eduardo.

Cons. Eduardo Farias: Eduardo Farias, Secretaria do Governo. Eu vi a questão das análises realizadas nos corredores, e percebi que alguns corredores que não foram objeto da análise ainda, fazem parte do projeto que já estão no CADES. Eu queria saber se não há sintonia entre o encaminhamento desses projetos, o avanço, o andamento dos projetos e a análise por SEHAB.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Márcia, por gentileza?

Márcia Maria Fartos: Na verdade, a gente tem buscado trabalhar, prioritariamente, naqueles corredores que foi listado aquele slide, em função, inclusive, dos recursos, e do cronograma de obras previsto. A gente sabe que algum desses empreendimentos que já existem e está em fase de licenciamento, e que não estão nessa primeira fase, de início de obras. Porém, independente da intervenção mais fina da SEHAB, de prospectar áreas, e tudo o mais, a gente tem acompanhado as audiências públicas. A gente analisou esses EIA/RIMAs, independente da gente fazer vistoria. Temos buscado independente da ação concreta de prospectar área para cumprir um cronograma de obras, a gente, em paralelo tem tentado acompanhar as demais etapas de licenciamento que vão acontecendo. O fato de a gente estar trazendo esse plano de reassentamento, ao longo do tempo, em função dessas prioridades de obra, não impede que nos próximos que a gente vai buscar ainda, fazer a vistoria, a gente também não encontre essas mesmas questões e use essa mesma linha de trabalho. Ou seja, o mais importante em toda essa etapa de intervenção, é que a gente vai buscar reassentar essas famílias ao longo desses corredores, a gente vai ter esses mesmos cuidados que a gente tem com relação às áreas de provisão. Então isso vai se repetir nos demais. Então eu não acredito que existe um grande



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

impacto nos licenciamentos dos demais que a gente não vistoriou ainda. Porque a linha de trabalho ainda é a mesma.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, Eduardo.

Cons. Eduardo Farias: Eu só me referi especificamente a essa questão das vistorias, principalmente em função das audiências públicas. Porque a falta de informação está trazendo intranquilidade para as pessoas. Eu acho que isso tem que caminhar. Nem me refiro à fase de licenciamento, mas principalmente, às audiências públicas. Em função da intranquilidade que pode se instalar na comunidade afetada pelo corredor.

Márcia Maria Fartos: A Secretaria de Habitação tem buscado participar de boa parte dessas audiências públicas. Está difícil seguir esse cronograma, que a gente está trabalhando à beça. Mas a gente também tem estado presente para quaisquer questões a respeito de habitação. Se a gente também puder responder diretamente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Fernando, Secretaria de Transportes.

Cons. Fernando: Bom dia. Fernando, Conselheiro Titular, representante da Secretaria de Transportes. Eu só pedi a palavra para parabenizar a apresentação, e agradecer muito a parceria que a Secretaria de Habitação tem tido conosco, com a SPTRANS, com a SPOBRAS, que tem sido muito proveitosa, tem sido muito proativa, e isso deu para ver na apresentação do trabalho, na qualidade de detalhes que eles apresentam. E a única coisa que a gente sempre nas Câmaras Técnicas, não é Ocleres, a gente sente falta da presença de um representante da Secretaria da Habitação para tirar algumas dúvidas nossas, e que a gente tem cobrado bastante. Então seria interessante, nas reuniões da Câmara Técnica, ter algum de vocês lá, para tirar algumas dúvidas, principalmente que o Eduardo sempre comenta sobre esse clamor, a preocupação da população com relação à Comunicação Social. É só isso aí. Obrigado.

Márcia Maria Fartos: É que na verdade, a SEHAB até tinha uma cadeira. Mas quando a gente... Na reestruturação, acabou ficando para a (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum Conselheiro? Presidente, com a palavra.

Oradora não identificada: Gente é uma pergunta para a equipe da SEHAB. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, de parabenizar o Fernando pela manifestação dele, a favor de ter alguém de SEHAB. Se for possível até, a gente fazer uma moção sobre isso, eu gostaria. Outra coisa: vejam bem, vocês estão tendo dificuldade claro, com questão de coeficiente e mananciais. Márcia e equipe é o seguinte: vocês não podem, por questões assim, jurídicas, que a gente sabe que a legislação de mananciais, as leis específicas da Billings da Guarapiranga, elas são menos restritivas do que a nossa lei de uso do solo, a 13.885. Como vocês lidam com isso?

Márcia Maria Fartos: A gente tem essa questão para todo o nosso programa, mananciais. A Secretaria de Habitação, hoje, desenvolve um programa de atendimento a famílias, inclusive financiamento do parque para isso, recentemente assinado, inclusive com a presença da Presidenta aqui, em São Paulo. A gente tem buscado ações junto à CETESB para fazer o licenciamento desses conjuntos. A gente sabe que a legislação, ela é um pouco mais restritiva com relação ao município, mas em alguns aspectos, ela é até menos. O do município ainda é um pouco mais restritivo. A gente tem até buscado fazer algumas adequações nessa revisão



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

do Plano, para fazer alcançar a legislação estadual. Mas na CETESB, a gente tem buscado licenciar esses conjuntos, atrelados às nossas intervenções de urbanização. Ou seja, boa parte da demanda que a gente destina para esses conjuntos, ela vem de áreas que a gente está atuando e da requalificação dessas áreas. Então isso conta ponto lá no licenciamento, lá da CETESB. Eu acho que, nesse caso dos corredores, eu acho que vincular este reassentamento a esta remoção também nos é favorável na hora de licenciamento do governo do estado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum conselheiro ou conselheira? Passo a palavra para o Presidente.

Secretário Adjunto Manoel Victor: Primeiro eu concordo que está fazendo falta também, a indicação dos membros da Secretaria de Habitação para compor aqui, o colegiado. Isso acaba fazendo muita falta nas decisões e nos esclarecimentos das sugestões. Urge indicarem os membros para compor o CADES. Quero agradecer em nome da Márcia Maria Fartos Terlizzi, da Assessoria Técnica de Planejamento da SEHAB, a exposição e a presença de vocês. Obrigado, foi bastante esclarecedor. E também perguntar se o que vocês apresentaram, é possível termos disponibilizado, para os conselheiros.

Márcia Maria Fartos: A apresentação está disponível aqui nesse laptop. É só copiar, e a gente agradece a oportunidade de estar falando aqui. É muito bom podermos expor nosso trabalho, e também, a gente está à disposição para qualquer outro esclarecimento. Acho que posteriormente, quando a gente estiver em uma fase mais avançada, também a gente pode vir aqui, trazer mais novidades sobre esse trabalho.

Secretário Adjunto Manoel Victor: Ok. Muito obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos para o segundo item de pauta, discussão e votação do relatório final da Comissão Especial Ações para Controle Ambiental das Radiações Eletromagnéticas pelo Município de São Paulo, pelo Relator Nilton Jaime de Souza. Nilton, por gentileza.

Nilton Jaime de Souza: Bom dia a todos. Eu vou fazer uma introdução para as pessoas que são novas aqui no CADES, e talvez não saibam bem o que está acontecendo. Nós temos uma resolução, uma lei municipal, tem um decreto municipal, ambos de 2004, que estabelecem regras para a instalação de estações radio base de telefonias celulares. Essa mesma legislação, ela também estabelece em um dos artigos dela, que cinco anos depois de vigente, ela teria que ser revisada, e alterada no que fosse cabível. A gente entende que essa legislação tem muitas falhas. Algumas delas se referem diretamente à nossa Secretaria, que é o fato de que a gente não participa da análise da instalação dessas antenas. E tem uma questão forte aí, que é a radiação eletromagnética, e a gente acha que a gente tem que participar desse licenciamento. Bom... então, 2009, se passaram cinco anos, a gente teria que fazer a revisão. Foi montada uma Comissão no CADES, e de lá saíram dois relatórios. Porque não tinha consenso entre os participantes. Esses relatórios foram encaminhados à ATL, e retornaram, porque a SGM/Assessoria Técnica Legislativa - ATL entenderam que deveria sair um relatório só da comissão. Então foi montada uma nova comissão em 2010, e aí sim, saiu um relatório final, que gerou a Resolução 135 de 2010, do CADES. Essa resolução, esse relatório foi encaminhado de novo, à ATL. A ATL, como vocês sabem, é praxe da ATL, ela repassa esse processo que é montado para todas as secretarias envolvidas, e novamente vêm à tona as divergências. Então algumas Secretarias fizeram várias críticas a esse relatório, e como eu fui relator, o processo voltou para mim, para que eu analisasse. Eram mais ou menos 10, 11 questões. Eu rebati quase todas. Somente uma que a princípio eu julguei que era precedente, e que



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

devesse ser alterada. No entanto, o processo veio tudo para a ATL, e tornou a voltar para a Secretaria, porque a ATL entende que tem que haver um consenso maior. Então foram realizadas algumas reuniões na Câmara Técnica do CADES, e eu acabei me convencendo também de que a gente poderia alterar alguma coisa, criar um consenso maior, sem alterar as questões básicas. Que seria a análise por parte da SVMA, a não diminuição dos níveis de radiação. E assim foi feito. A gente alterou algumas coisas que eu considero que são irrelevantes, do ponto de vista ambiental, e que eu acho que dá uma possibilidade maior desse processo ir para frente, e dessa forma, ser encaminhado para a Câmara dos Vereadores e a gente conseguir ter uma nova legislação que atenda melhor os interesses do meio ambiente. Já que essa que está vigente não está sendo feita dessa forma. Acredito que vocês tenham a cópia da nova minuta, e basicamente, as questões que foram alteradas foram questões ligadas às definições do artigo 3º. A gente tinha, antigamente, dado como definição estação de telecomunicação móvel. Que são as estações que não são instaladas definitivamente, no local. Elas são colocadas para algum evento, permanecem durante dois ou três dias, e aí a gente deu esse nome de móvel. E agora, a gente mudou para estação temporária. Quer dizer, não alterou basicamente nada. Só mudamos o nome. Para não confundir com o telefone celular. Que esse, sim, é uma estação móvel. Algumas questões mais profundas foram em relação à CAIEPS, e à distância das antenas, que antes estavam colocadas como 200 metros, e foi alterada para 100, como é na legislação atual, por causa do advento aí, do G4, que exige que as antenas sejam mais próximas uma das outras. De usos já instalados, como postos de combustíveis, e mesmo clínicas, escolas, que já estão instaladas, e não teria como a gente manter essa distância de 200 metros. A CAIEPS, é questão de que ela se reúne uma vez por mês, e não teria como analisar todas as estações, que são em número de mais de 5, 6 mil. A gente alterou, e eu acho que ficou até melhor, porque agora vai passar por uma análise pela Secretaria do Verde e pela SEHAB. Vai passar, na verdade, nas mãos dos técnicos que entendem do assunto. Porque se vai para a CAIEPS, vai passar na mão de um representante da Secretaria. E talvez nem seja afeto àquele assunto. E outro ponto foi que a gente tinha vetado, anteriormente, a instalação dentro do metrô. Mas eu aceitei os argumentos, que isso é uma coisa já consolidada, e que não tem como proibir agora. Então foram essas mudanças. Basicamente o relatório é o mesmo que foi apresentado em 2010. Inclusive, eu utilizei novamente, eu fiz pequenas alterações, só para adequar. E é isso. Eu espero que a gente aprove esse relatório, e que CAIEPS, finalmente, encaminhe isso para os vereadores, porque está se arrastando desde 2009. Então eu espero que o consenso seja maior, agora. É isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Por gentileza, Conselheira Maria Lúcia.

Cons. Maria Lúcia: Bom dia a todos. Eu só queria esclarecer que eu era do assento de representante da SEHAB. Com o advento da lei 15.764/ 2013, parte das atribuições da SEHAB passaram para a Secretaria de Licenciamento. Hoje, o licenciamento das antenas, das Erbs é feito pela Coordenadoria de Atividade Especial e Segurança de Edificação, que tem a sigla de SEGUR. E nós não fizemos parte dessa Comissão agora, daquela primeira que resultou na Resolução 135/CADES, a SEHAB participou. Na própria minuta está se referindo à SEHAB. Tem que haver a troca para a Secretaria de Licenciamento, a SEL. Nós concordamos, a Secretaria concorda sim, que deve haver uma revisão dessa lei, inclusive soube, quando teve a questão dessa pauta, fui pesquisar e soube que a própria coordenadoria também está estudando esse assunto. E no caso, existem ainda, alguns pontos que na verdade, a coordenadoria não tinha conhecimento específico dessa minuta de lei. Eu passei para eles, e eles verificaram que existem alguns pontos, vamos dizer assim, divergentes. Mas somos concordes sim, que deve uma alteração da legislação, uma adequação. Concordamos também, que a questão de que seja montada uma comissão intersecretarial. Porque é uma iniciativa do Executivo, de se propor projetos de lei. Várias secretarias representariam o Executivo, para que se pudesse estudar, a partir de



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

uma minuta que já tem se aprofundar um pouquinho mais. Também eu gostaria de estar colocando que a CAIEPS, ela é uma comissão que antes estava na SEHAB. A coordenação passou também para a Secretaria de Licenciamento. Ela tem as suas reuniões ordinárias como tem o calendário aqui do CADES, mas evidentemente, se o volume de deliberações aumentarem, em termos de antenas, o que for outros usos, também se têm as reuniões extraordinárias. O funcionamento da CAIEPS, ela pressupõe uma análise anterior da própria coordenadoria. Não é que a própria CAIEPS vai se debruçar por todo aquele licenciamento. Anteriormente às reuniões ordinárias, o processo é analisado na própria coordenadoria, que vai levantar todas as questões de legislação, e vai fazer um relatório para subsidiar a decisão da CAIEPS, que depois, no caso de antenas que hoje é classificado como NR3, vai para a CTLU. Então a CAIEPS subsidia o parecer dela, o parecer da CTLU. Outra coisa também que eu gostaria de estar observando aqui no relatório é que no artigo 21, no parágrafo 4, uma das disposições que foram colocadas está se reportando ao artigo 39 que são as restrições contratuais. Houve uma alteração da Lei 9.846/85, e houve já, uma nova redação pela lei 13.885/2004, que é o artigo 247. Na verdade, o artigo é o mesmo. Vamos dizer a essência é a mesma. Só houve uma atualização pela legislação atual. Eu não vou discutir agora o mérito das questões apontadas técnicas, nesta minuta, porque existem essas divergências com relação ao estudo que estava sendo feito na Secretaria de Licenciamento, mas ainda, o nosso estudo não resultou em uma coisa final. Existe esse estudo, e ainda não poderia estar discutindo porque não há um consenso, ainda, na própria Secretaria, que é uma Secretaria nova. Essa lei foi editada em 27 de maio deste ano, nós estamos nos reestruturando e estamos trabalhando para essa questão, dessa minuta de alteração dessa lei.

Cons. Abel: Abel. Nilton, bom dia. Parabéns pela apresentação. É só a título de informação: com o advento da 4G, vai diminuir a medida? Era 200, vai para 100 metros, é isso? Só para título de informação.

Nilton Jaime de Souza: Isso. A tecnologia 4G, a potência dela é bem menor. Então se as antenas for muito longe, uma das outras, ela não funciona. A idéia é: permitir distâncias menores entre as antenas. Mas a gente atrelou a não alteração dos limites de radiação. Que é o nosso problema. A gente não quer que o limite de radiação seja ultrapassado. Então, tudo bem. Pode colocar mais perto. Diminuir a potência, sempre. Cada vez mais, até que se alcance o valor que a gente estabeleceu.

Cons. Abel: E o metrô. Só a título de informação, também. O metrô. Existe o CONSEMA, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que eu faço parte, e os órgãos estaduais estão colocando e não está passando pela prefeitura?

Nilton Jaime de Souza: É. A legislação é antiga, não falava nada a respeito. Eles foram colocando, e agora funciona. Todo mundo utiliza, e agora acho que é difícil voltar para trás.

Cons. Abel: Ok. Obrigado pela informação.

Cons. Maria Lúcia: Só uma retificação. Eu falei artigo 21 da minuta, é artigo 22, corrigindo.

Orador não identificado: Eu só fiquei com uma dúvida na sua colocação, como representante de SEL, há questões, como essas exemplificadas aí, pela senhora, com relação à questão de remissão, vamos dizer, adequação à legislação específica. Essas são algumas questões. Mas há divergências ou discussões a serem feitas ainda, com o SEL?



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Maria Lúcia: Sim. Sim. Na verdade, eu não quero entrar no mérito aqui, porque a SEL já estava analisando a lei que precisa ser revista, só que ainda não fechamos um consenso na própria Secretaria. Para eu trazer aqui, como representante da Secretaria, essas nossas divergências com relação a esta minuta, não acho conveniente neste momento, porque não houve um fechamento na Secretaria de Licenciamento. O que eu me reporte, só a título de colaboração, da minuta é que, em vez de SEHAB, tem que ser trocado para Licenciamento, porque teve essa alteração da competência, e do artigo 22, que é só uma remissão de um artigo. O restante, eu não vou entrar no mérito neste momento, porque a Secretaria Licenciamento não fechou um texto de minuta que pudesse contribuir para esse trabalho.

Orador não identificado: Ok. Mas essa discussão está havendo? Tem alguma previsão de acontecer e SEL não participou de alguma forma? SEL está desde março, já, constituída.

Cons. Maria Lúcia: Sim. Sim. É maio.

Orador não identificado: Maio?

Cons. Maria Lúcia: É maio. A edição da lei foi em maio, só que ela entrou em vigor dia 12 de julho. Foi dado um período para que ela se reestruturasse, e ela, efetivamente, foi 12 de julho.

Orador não identificado: Não. É que eu agora, eu fiquei em dúvida sobre a aprovação. Vou colocar em votação isso, do relatório da comissão, se ainda há uma questão a ser discutida em cima dessa, vamos dizer, proposta de minuta de projeto de lei a ser encaminhada para a Câmara, em que uma unidade da própria administração ainda tem divergências ou necessidade de se manifestar. Entendeu? Então queria ter um esclarecimento aqui, a ser feito.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Bom dia. Meu nome é Ocleres. Eu sou Secretária Executiva do CADES. A título de esclarecimento, Maria Lúcia, a SEHAB já tinha enviado os questionamentos. E essa resposta, em cima dos questionamentos de SEHAB e de todas as outras Secretarias que fizeram essa interface com a Secretaria do Verde. É que o processo não veio. Senão poderia ler o questionamento de SEHAB para você.

Cons. Maria Lúcia: Eu é que desconhecia dessa manifestação de SEHAB, e até desconhecia que na própria Secretaria, um outro setor já estava trabalhando nesse sentido. Eu não estou colocando aqui, a questão da validade do trabalho. Simplesmente eu não tinha conhecimento, enquanto representante.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Um minutinho só, por gentileza. Vamos ouvir primeiro o André, próximo inscrito, depois o Eduardo, e à partir daí, nós comentamos.

Cons. André: Bom dia a todos. André Luis, da SMDU. Tenho vários questionamentos. Eu vou começar pela primeira recomendação para dirimir uma dúvida. O relatório diz na recomendação: rever a legislação atual por meio de comissão intersecretarial, liderada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, subsidiada pela minuta do projeto de lei, elaborada por esta comissão especial. Dúvida: o que está se propondo é que esta minuta seja encaminhada para o Governo, e do Governo seja encaminhada à Câmara, ou que esta minuta seja encaminhada para uma comissão intersecretarial, para subsidiar a discussão? Essa é a minha primeira questão. Se for para subsidiar uma discussão intersecretarial, perfeito. Aí vamos no texto da minuta. A Lúcia já falou, mas eu reafirmo. Tem que fazer um pente-fino em todo lugar onde está escrito SEHAB, é SEL. Porque desde quando foi feito essa minuta, já existia a SEL. Quem faz o licenciamento é SEL.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Então precisa corrigir a minuta em todos os lugares. Não vou ficar fazendo menção aos lugares que eu achei. No artigo 12, eu acho que ao invés de ser atribuição de SMDU, o correto era ser atribuição de SEL fazer a criação de um banco de dados de licenciamento. Porque quem vai licenciar, vai ser SEL, conjuntamente com a SVMA. Se tiver que fazer um banco de dados de controle, é melhor que uma das duas Secretarias o faça. Ou SEL ou SVMA. E não SMDU. Senão vou ter que remeter para a SMDU as aprovações. A SMDU quer ter acesso a esse banco de dados. Mas eu acho que talvez, as duas Secretarias pudessem fazer melhor, o banco de dados. Se eu estiver falando muito rápido, vocês me avisam. Sobre a remissão do parágrafo 4º, artigo 22, ela já mencionou o equívoco da legislação. Precisa ser atualizado. No parágrafo 1º do mesmo artigo 21, tem uma recomendação que as estações de telecomunicações se instalem nos topos dos edifícios mais altos da região. É uma recomendação meio inócua. Porque em uma área consolidada, eu até posso fazer isso. Em uma área em transformação, hoje o mais alto tem cinco pavimentos. Amanhã tem 25. Essa recomendação, para mim, ela é inócua e não deveria estar aqui. Ela não vai surtir efeito prático. Isso é o parágrafo 1º, do 22. O Pedro, que era o representante de SEHAB na época, já tinha se manifestado em 2010. Eu bati com ele junto. Ou seja, não há necessidade de pedir o comprovante de pagamento da taxa de análise de SVMA, ou cópia autenticada, porque o interessado vai ter que juntar o relatório aprovado por SVMA. Para ele ter esse relatório aprovado e emitido, ele já pagou a taxa. O cara que vai estar lá em SEL, vai ter que: “me apresenta aquele comprovante de pagamento lá atrás...” Também não há necessidade de pedir uma coisa que ele tem que ter apresentado para análise de SVMA. Na sessão 2, que fala estações de telecomunicações móveis, eu acho que aqui deve estar querendo dizer telecomunicações transitórias. Estações transitórias, porque na realidade, as definições, quando eles mudaram os nomes... Desculpe. Deixa eu ver se eu fiz...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: André desculpe lhe interromper. É o seguinte: acho que a sua primeira questão é a mais importante.

Cons. André: É. A primeira é.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O resto seria discutir as questões. Então eu acho que precisa ficar respondida a sua primeira questão. Ou seja, se a aprovação desse relatório da minuta do projeto de lei é para ser encaminhada para uma comissão intersecretarial para discutir, ainda, o assunto, ou ela já é uma proposta do governo a ser encaminhada à Câmara? Certo? Lógico que é importantíssimo discutir cada um dos assuntos, se não estão claros para os membros e só para quem compôs a comissão. Nilton por favor.

Nilton Jaime de Souza: Não. O relatório do CADES sempre é encaminhado para a Assessoria Técnica do Legislativo. Para SGM/ Assessoria Técnica Legislativa.

Cons. Maria Lúcia: O licenciamento entendeu igual à Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Que no pressuposto, o número 1, está dizendo que a proposta é essa. Foi isso que eu falei. Nós concordamos que tem que ser revisto a lei, e que tem que ser encaminhado para uma comissão intersecretarial. Essa é a prerrogativa de um projeto de lei. Tem que haver um entendimento no próprio município. Está escrito aqui.

Nilton Jaime de Souza: Essa comissão intersecretarial, ela já foi formada em 2009, em 2010, e foi formada agora também, nas reuniões da Câmara Técnica.

Cons. Maria Lúcia: Você há de convir comigo que em 2009 eram outros componentes. O governo era outro governo. Nós estamos em uma nova administração. No meu caso, uma nova secretaria.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Nilton Jaime de Souza: Não. Eu não concordo. Porque a gente teria que revisar isso em 2009. E da forma que vai, a gente vai montar uma comissão intersecretarial todo ano.

Cons. Maria Lúcia: Aí é uma questão de mérito, certo? A SEL é uma Secretaria nova, houve participante da SEHAB, na ocasião, que inclusive votou pela abstenção. Na própria reunião. Então, nós estamos trazendo esses novos elementos...

Nilton Jaime de Souza: Essa pessoa, inclusive, não participou da comissão. Foi convidada a participar, mas não participou. Não quis participar. Ela se manifestou no dia da...

Cons. Maria Lúcia: Não estou entrando no mérito. Estou dizendo que ela se absteve. Então existem ainda, algumas divergências. Estamos em uma nova Secretaria. Não estou dizendo que a gente deva empurrar isso “*ad eternum*”. Ao contrário, nós estamos nos propondo a...

Cons. André: Talvez uma interpretação de português equivocada entre nós três aqui. Mas, vamos ler... André Luiz, vamos ler o artigo 1º. Porque isso daqui não é passado. Esta comissão agora, que teve três reuniões a partir de setembro, e escreveu isso. Então, vou ler o item da recomendação. Rever a legislação atual. Esta comissão do CADES recomendou: rever a legislação atual. Como? Por meio de comissão intersecretarial liderada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, subsidiada pela minuta do projeto de lei. Eu fiz um PL que está aqui. Agora eu vou mandar para uma comissão, e ela olha: esse PL está tudo bem. Vamos fazer. Ou vocês mudam essa redação do item 1, ou o que nós estamos falando é válido. A redação do item 1 me leva: olha, a comissão do CADES propôs um programa de minuta. Um PL de minuta. Eu recomendo o quê? Que o CADES pegue esse projeto de minuta, encaminhe para uma comissão intersecretarial, que, obrigatoriamente, deve partir sua análise a partir desse PL. Isso é o que está no item 1. Não estou entrando no mérito. Ou isto é isto, ou escreve de outra maneira. Só isso. Independente de se foi de hoje, lá atrás. É que vocês me escreveram uma coisa. Eu li o que estava escrito hoje. Só isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, o Eduardo, por gentileza.

Cons. Eduardo: Eduardo, Secretaria do Governo. Bem, eu também faço parte do CTLU, que é a Câmara Técnica de Legislação Urbanística. A Secretaria de SEL também faz parte. Eu entendo que quando SEHAB se manifestou, ela fazia parte do contexto. E com a divisão, a criação de SEL, eu acho que ele foi contemplado por SEHAB, tanto é que CAIEPS também fazia parte de SEHAB. Não vejo a necessidade de que o SEL tenha que se manifestar especificamente sobre isso. As questões colocadas aqui, elas vão muito mais longe. Por que o que ocorre? Me lembrou bem aqui o Conselheiro Eduardo Storopoli, a questão da Copa. Existe uma lei específica que trata da questão da Copa, e telecomunicações é um dos focos. A gente não pode ficar com esse projeto se arrastando no tempo e jogado no limbo. Eu não sei se isso é cabível, eu questiono até o Coordenador, o Damasceno. Amanhã, por coincidência, tem reunião da CTLU para amanhã, na qual eu estarei presente também. Se for o caso de recomendar CTLU, colocar isso, para que CAIEPS faça uma força-tarefa, e faça a análise final disso, ouvindo outras pessoas, e devolva imediatamente. Porque se for retirar para vistas, e depois ficar 20 dias na mão do conselheiro, que não vai ter nenhum encaminhamento a não ser fazer críticas, sem solução prática, eu acho que é perda de tempo. E respondendo quanto a medida, não foi diminuído para 100, foi mantido 100 que já existia. A proposta era aumentar para 200. E o que é colocado aqui é o seguinte: que, eventualmente, com o G4, pode ser reduzida ainda mais. Mas isso respeitadas as condições normais de radiação, e tudo o mais.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, por ordem, por gentileza, Azzoni primeiro, depois o Storopoli. Depois a conselheira Maria Lúcia.

Cons. Alessandro Azzoni: Bom dia. Bom dia aos integrantes daqui do CADES. Eu participei dessa comissão especial, e em todos os momentos que foram lá, nós tivemos a convocação de todas as secretarias, e todos os envolvidos. Eu concordo a partir da Secretaria de Governo, que o procedimento, ele acaba até atrapalhando um pouco, ele assim... Todos tiveram a parte de participar. Se vocês não estavam presentes, eu acho assim, ocorreu alguma falha dentro da sua Secretaria. Para nós chegarmos à elaboração dessa minuta, houve discussão, inclusive, com técnicos da Anatel, pessoal especializado. Nós fizemos um debate profundo, inclusive. Até alguns pontos que eram controversos, a gente até acabou cedendo, pelas explicações técnicas. Eu só acho assim: que a participação de todos os membros envolvidos, todos foram convocados. A ausência foi sentida. Agora, eu não acho que aqui é o momento oportuno para fazer as manifestações. Eu acho que teve um momento de debate. Acho que as câmaras técnicas, elas são justamente para isso. Não estou discordando que vocês tenham o estudo, aí tem algum ponto controverso. Vocês se omitiram da participação. Então, a partir do momento que não estavam presentes, não deixaram sensíveis a defini-los. Entendeu? Então é só a minha manifestação. Eu participei de todas. Eu me sinto assim, quando você faz uma colocação nesse sentido, de que parece que foi leviano o trabalho. Eu acho que não foi bem assim. Fizemos só uma conversa muito pessoal, porque era ausente o número de pessoas. Inclusive, a equipe de governo, da secretaria de vocês. Então eu acho assim: eu sou do setor privado, certo, a Associação Comercial, eu destinei um tempo para estar lá, presente, para discutir, fazer um debate aonde simplesmente vocês se omitiram de participar. Não teve quórum. Eu acho assim: aqui não é o momento oportuno. Eu acho que não é o momento de se travar nada. Se tiver algum ponto, ou faz vistas, ou faz uma... Mas não críticas, mas sim soluções. Eu acho que o caminho seria esse.

Cons. Eduardo Storopoli: Bom dia. Eduardo, das Universidades. Eu acho o seguinte, eu acho assim, que esse documento que o Nilton e todos os envolvidos da Comissão participaram como colocou bem o conselheiro Azzoni. E a comissão, tentou buscar, produzir um relatório com desempenho para trazer para essa reunião aqui, de hoje, uma minuta para ser discutida, foi amplamente debatida, então eu acho que não é o momento de discutir vista ou de retirar. Eu acho que não é o momento. Eu acho que é o momento de somar os esforços. Eu acho também que tem que ser envolvido a Secretaria de Serviços. Então o 4G é para ser amplamente implantado na cidade de São Paulo. Estamos correndo contra o tempo. A minha sugestão que seja também, incluída nessa discussão, a Secretaria de Serviços, que está diretamente envolvida nesse projeto. E que se for discutido, seja discutido o mais rápido possível, já com os elementos e já com esse relatório que teve a contribuição da Câmara, e também nós chamamos outras empresas, outras autarquias diretamente ligada ao tema, ao assunto. Eu acho que houve uma evolução. Se tiver que fazer algum ajuste, já vamos somar esforços e trazer aqui, para a próxima reunião do CADES. Quer dizer, essa é a minha sugestão. Que haja uma sinergia, uma discussão para trabalhar, fazer os ajustes necessários nesse documento. Se o Nilton concordar com essa minha sugestão. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Por gentileza, dona Maria Lúcia.

Cons. Maria Lúcia: Eu só queria fazer um esclarecimento. Eu acho que não me fiz entender quando eu comecei a falar que eu concordava com os pontos recomendados pela própria Comissão. Em nenhum momento eu quero travar esse processo. Nem vou pedir vistas... Nem vou impedir a votação dessa minuta. O que eu falei é que, no início, eu concordava que realmente fosse encaminhado para essa Comissão, da mesma



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

forma que o André colocou. Eu não sabia que existia, dentro da própria secretaria, uma equipe estudando sobre isso, e quando eu soube da minuta, confrontamos, vamos dizer assim, as duas opiniões, e vimos que existiam algumas divergências. Mas coisas que podem ser equacionadas no decorrer da proposta que foi estabelecida aqui, pela própria Comissão do CADES. Em nenhum momento a Secretaria de Licenciamento se pôs que travaria esse processo. Ao contrário, ela quer contribuir, ela quer que seja dado andamento no que for necessário para essa minuta prosperar. Então é esse esclarecimento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Orador não identificado: A proposta, o acesso (incompreensível) e a informação, está certo, através do projeto 4G, então foi lançado esse programa, meta da nova gestão, do prefeito Fernando Haddad. Então eu acho que a gente tem que somar esforços nesse sentido.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Com a palavra, o Eduardo.

Cons. Eduardo: Eduardo, Secretaria do Governo. Eu gostaria de reafirmar a minha posição, não é de criar um grupo de trabalho para discutir isso novamente. Acredito que o grupo já foi criado, já cumpriu seu papel, ouviu autoridades, técnicos que pudessem subsidiar o relatório. Mas, eu acho que às vezes, falta um pouquinho de refinamento aqui, em algumas questões, por isso que eu sugeri que isso vá, simplesmente, para quem faz o licenciamento que é a SEL. Eu acho que é a Secretaria que deveria estar abraçando isso, fazer uma força-tarefa, dar uma resposta imediata. Têm algumas atribuições que são conflitantes. O artigo 21 diz o seguinte: fica permitida a instalação de repetidores de sinal de telefonia em obras de arte, tais como túneis, viadutos e similares, competindo à Secretaria - SIURB – Secretaria de Infraestrutura Urbana, a análise e aprovação do uso local. Quem tem que aprovar isso é a Secretaria de Cultura. São bens tombados. Não cabe à SIURB, isso.

(fala sem microfone)

Cons. Eduardo: Mas repetidores em sinais de telefonia, obras de arte, tais como túneis, viadutos...

Oradora não identificada: São obras de engenharia. São obras de engenharia.

Cons. Eduardo: Ok. Tudo bem. Então eu entendi. Está perfeito.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, Lucas.

Cons. Lucas: Só fazer um complemento aqui, eu não participei da comissão, mas a comissão se baseou em cima de um processo onde tem diversas manifestações, tanto de SEHAB, como de SMDU, e como das outras secretarias envolvidas no processo. Além disso, a convocação para composição da comissão foi feita em agosto. Sendo que todos os presentes aqui foram convidados. Todos os atuais conselheiros já estavam aqui, e souberam da atividade. E muitos não se manifestaram. Muitos não vieram. Não foram participar como ocorre em outras, várias Câmaras Técnicas, que a gente tem aqui. Então é só retornando, voltando um pouquinho no tempo, e esclarecendo que todo mundo se manifestou. Desde 2009 vem se discutindo a reanálise da atual legislação. Não houve falta de zelo na análise do conteúdo, aqui, ou coisa parecida.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Eduardo: Eu só queria pedir desculpa da minha ignorância. Porque para mim, obras de arte é arte plástica. Eu acho que o Aurélio deve ter definido bem, isso no passado. É pintura, é tapeçaria, é escultura... Para mim, isso que é obra de arte.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ok, Eduardo. O Conselheiro Azzoni pediu a palavra. Depois Eduardo e André.

Cons. Alessandro Azzoni: Só para retificar, eu acho que criação de grupo de trabalho, novamente, eu acho que seria desnecessário. A gente já fez as reuniões. Seria enfim, que nós vamos reabrir uma discussão que provavelmente vai ter problema de quórum novamente. Eu acho que assim, isso é uma ideia de projeto lei. Quer dizer, isso vai para discussão ainda na Câmara. A Câmara vai passar pela comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Telecomunicações. Eu acho que assim, a nossa parte foi feita. Agora o processo legislativo vai fazer todas as alterações possíveis e imagináveis. Nós não estamos fazendo um decreto. É uma ideia de projeto de lei. Eu acho que a discussão vai existir. Eu acho que a nossa parte já foi feita.

Cons. Eduardo Storopoli: Mas, permita uma colocação? Esse projeto vai ser encaminhado pelo executivo, está certo? Tem representante aqui da Sociedade Civil e do Executivo. Eu acho que é importante fazer a força-tarefa, acho que foi muito válido o documento apresentado, o relato, o avanço. Eu acho que é importante que sejam feitos os ajustes. Eu acho que esse documento tem que caminhar, o relato feito pelo relator. Acho que o consenso é de fazer os ajustes necessários aqui, para poder encaminhar para o Legislativo. Acho que merece esse ajuste. É por isso que eu acho que não é no sentido de rediscutir ou tomar novo rumo. Não. É envolver as secretarias, que podem agregar nesse refinamento aí. Penso. Está certo?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está. André, por gentileza.

Cons. André: Bom, André Luis, SMDU. Inicialmente, na minha fala, eu comentei que no primeiro item, e eu não estava propondo a criação de nenhuma outra coisa. Só estava querendo dirimir uma dúvida: se o que esta comissão que foi constituída propôs é que isso seja um PL a ser encaminhado para a Câmara, primeiramente, item 1. Recomendações da Comissão. Deveria ter sido escrito pura e simplesmente: rever a legislação atual, subsidiada pela minuta do projeto de lei elaborada por esta comissão. Aí a gente poria em votação, pura e simplesmente. É que do jeito que estava escrito, dizia: eu vou rever a legislação, e mandar para uma comissão intersecretarial. Se o que eles estão querendo é mandar para a Câmara, é rever a legislação atual, subsidiada pela minuta do projeto de lei. Ponto. Rever esse item. A segunda questão, e aí, depois eu passei na minha fala a dar as minhas sugestões não como SMDU, mas como SMDU Conselheiro, de correções do texto. Porque se nós vamos por em votação a minuta, desculpe minuta não se vota em bloco. Eu tenho as anotações, correção dos textos. Por isso que eu passei a indicar artigo por artigo aonde eu via discrepâncias. Aí o senhor bem lembrou que isso era uma questão de ordem inicial. A segunda questão, ou eu retomo minhas correções, e tem mais só uma segunda recomendação que eu também tenho um ponto a discordar, que é a recomendação 2, que eu ia deixar para o meio da discussão, mas eu vou retomar agora, que é: rever enquadramento dessa (incompreensível) lei de uso. SMDU não tem uma posição de que esteja mal enquadrada. Ela é NR3. Nós temos questões se uma vez mantido o enquadramento como NR3, o que tem que ser estudado é de que maneira... Uma vez tendo uma legislação específica, eu não precise voltar com este NR3 para passar na CTLU. Por quê? Passa na CTLU por quê? Porque nós temos um artigo da 13.885, que diz que equipamentos de infraestrutura podem se instalar em qualquer parte do município. Quando as Erbs, que é o que se envolve, contemplavam áreas onde esta legislação que já estava em vigor não o permitia, ele sacava do artigo da



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

13.885, e dizia... Mas a 13.885 me diz que eu posso (incompreensível). Desde que ouvida a CTLU. O que eu estou entendendo, é outra recomendação. Se nós formos voltar a discutir esse texto, esclareça isso, mantenha o enquadramento, e diga o seguinte: não se aplica às ERBS, o artigo X da 13.885 que isenta de... Aí tudo bem. Ele segue a lei, e a lei já deu os parâmetros. Porque uma queixa constante dos conselheiros da (incompreensível) é terem que analisar 20, 25 projetos de Erbs que passam por lá, não porque é HERB. Passam por lá porque é uma HERB que está em discordância com a legislação em vigor. Que é esta daqui. Que está sendo alterada. Então, se formos continuar essa análise, além de manter a classificação como RN3, tem que se incluir um artigo que diga o seguinte: não se aplica aquele artigo da infraestrutura para a Erbs. E aplica-se tão somente à lei. E aí está resolvido, e aí, depois eu continuaria encaminhando outras questões. Só precisa saber como é que vocês querem a discussão. Só isso.

Cons. Alessandro Azzoni: Uma sugestão que eu faço é que o processo melhor seria dar vistas das secretarias, quando eles colocariam porque assim, se a gente abrir mais uma discussão, desculpa André, até para a Comissão, podem ter pontos controversos em questão de legislação, mas eu fico assim, meio indignado, pelo seguinte: eu estive presente nas reuniões. E eu não vi a representação de vocês lá, fazendo esses questionamentos. Então eu acho que nas próximas comissões, ou se for aberto uma nova discussão nesse termo, que vocês estejam presentes, para não acontecer isso que está acontecendo aqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: André, só uma coisa. Infelizmente, eu vou deixar, mas depois, para a gente abreviar, eu vou colocar minha palavra.

Cons. André: Questão de resposta. Alessandro, você está me entendendo errado. Eu não estou me colocando como um membro da comissão que não concordou com o relatório, e vem aqui expor minha inconformidade. Eu estou me colocando como um Conselheiro. Eu já tenho de CADES, 12 anos. Então de Comissão, eu tenho uma história boa. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: mesmo quando nós temos aqui, do passado, o Conselheiro, mesmo aquele que não tinha interesse na comissão, ele pode ter discordância no texto. E é isso que eu estou apresentando. Não estou pedindo para ser aberta uma nova reunião, eu não estou pedindo para tirar o processo, mandar para secretaria nenhuma. Mudam-se as recomendações para ficar coerente o que se recomenda com o que se discute, e aí, passamos às discussões. Estou dizendo para discutir aqui no plenário. Quando eu peguei o microfone, eu falei: esse ponto está equivocado, esse ponto está mal redigido, esse ponto eu não concordo. Não quer dizer que tenha que ser alterado. Eu como conselheiro da SMDU, estou colocando. Se o plenário entender que são pontos plausíveis, a gente põe aquele ponto em votação, ou ele é acatado ou ele é desacatado. Só isso. Em nenhum momento eu pedi para sair daqui. Eu estava me colocando como um Conselheiro. Todo Conselheiro tem o direito a voz e voto. E para exercer desses dois direitos, ele tem que se comunicar com os outros Conselheiros e expor os seus pontos. Era o que eu estava fazendo. Tanto que eu não parei no primeiro item. Eu comecei a relatar os pontos que eu via que tinha coisas equivocadas. Não quer dizer que elas estejam certas. Se for por em votação, nós escutamos. Eu peço a liberdade, e discutimos os pontos que eu abordei. Só isso. Não estou querendo outra reunião. Nem estou dizendo que eu tinha que ter participado. Senão a gente só teria câmaras e comissões em que todos estivessem presentes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum Conselheiro quer falar? Nós podemos, antes de decidir com todos os conselheiros e conselheiras se votamos ou não, eu tenho uma sugestão: votar o item proposto pelo André. Porque como foi chamada a secretaria a participar, e já foi dito que nós não tivemos o representante da secretaria, eu acho que nós podemos por em votação, o item sugestão com as alterações propostas pelo André. Todo mundo concorda? Alguém tem alguma objeção?



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Orador não identificado: Eu quero (incompreensível) a sua pergunta: você disse que essa pergunta foi encaminhada a todas as secretarias. Eu gostaria de saber que secretarias se manifestaram. Só o nome delas.

Orador não identificado: SMDU e SEHAB.

Oradora não identificado: Não esta minuta. Esta atual, não.

Orador não identificado: Não. Da atual. Não. Eu quero saber dessa aqui: quem se manifestou, que aqui está em vermelho. Que eu quero crer que foi a própria Câmara Técnica.

Oradora não identificado: Sim.

Orador não identificado: E foi encaminhado isso para alguma Secretaria depois de concluída?

Oradora não identificado: Não.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, algum conselheiro tem alguma outra proposta?

Oradora não identificado: Não. Exatamente por isso que nós estamos nos manifestando antes de ser encaminhado. Então essa proposta atual não houve encaminhamento para essas secretarias. Nem SMDU nem SEL.

Cons. André: Só uma questão. Não necessidade do CADES encaminhar para as secretarias, ao conhecimento das minutas. Ele tem o Conselheiro. É o Conselheiro da Secretaria que se manifesta. É o que eu estou fazendo agora. Se isso aqui fosse virar um PL, provavelmente, a SGM nos mandaria as secretarias envolvidas para colher as manifestações, aí sim. Mas o CADES não tem essa obrigatoriedade de ele mandar, para as Secretarias. As secretarias tem os Conselheiros aqui presentes. Nós recebemos com antecedência. Eu li a minuta. Revi a ata de 2010, por isso que eu sei o que eu falei naquela época. Eu sei o que eu falei hoje. E vim trazer minhas contribuições. É isso que eu estou falando. Nós estamos aqui presentes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ok. Pois não.

Orador não identificado: Presidente, só um minutinho, eu preciso falar isso: (incompreensível) que ele vai colocar... Possivelmente... acho que não sei se será colocado isso. Quando eu falo em encaminhar para a SEL, e pedir para que seja feita uma força-tarefa, porque isso está, já, pronto. Já é analisar os pontos discordantes e depois, a conselheira de SEL poderá defender em plenário, as alterações propostas. Mas não abrir a discussão aqui, em cada secretaria, porque nem sempre o técnico está em condições de discutir. Alguns têm conhecimento técnico suficiente, e outros não. Para representação da secretaria, necessariamente, não é de alguém que conheça tudo que acontece na Secretaria. Porque cada um tem uma função. Nós temos Câmara Técnica de corredores, que inclusive exigirão rapidamente a convocação de extraordinárias dentro do CADES. Eu acho que poderia casar uma primeira reunião já, de uma Câmara Técnica com isso, porque isso tem que acontecer. A coordenadora que vai avaliar, talvez dentro de uns 15 dias, tem que ter uma reunião, já, extraordinária, para analisar o RIMA de corredores.

Orador não identificado: Mais alguma? Dada, a condição colocada e a polêmica, eu iria fazer uma proposta aqui, de não colocar em votação então hoje, e convocar uma extraordinária, em um prazo bastante curto.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Talvez 15 dias no máximo, duas semanas, em que a Comissão pudesse incorporar essas questões levantadas por SMDU, e SEL. Então, acho que poderia ser uma forma de adequar tanto as questões de redação quanto a que foi levantada pelo André Luiz, o representante de SMDU, que poderia facilitar o processo mais à frente, especificamente naquele artigo, pelo menos para poder adequar essa parte da legislação. Então não sei se é possível. Queria colocar isso para os conselheiros...

Cons. Eduardo: Eduardo. Sou representante de SGM. Concordo. Assim, para poder ter mais contribuições, não exatamente deixando de lado ou rejeitando toda a proposta. De forma alguma. O relator tem uma boa... Quer dizer, tem contribuições da Câmara, da própria Secretaria do Verde, enfim, eu acho que é uma proposta bem sensata o que o senhor está encaminhando agora nesse momento. Mas com um prazo exíguo. Um prazo curto. Digo prazo exíguo pelo seguinte, considero que esse assunto, como já foi dito por todos que participaram do processo, ele vem de longo tempo, é urgente uma readequação dessa legislação. Houve um debruçar da parte técnica muito forte sobre o tema. A minuta apresentada moderniza de uma maneira muito apropriada a legislação, ela traz embutida a preocupação técnica ambiental, traz a questão de fiscalização e de implementação por parte da Secretaria do Verde no processo. Eu acho que ela é muito adequada. Ela precisa urgentemente ser aprovada aqui, pelo CADES, e encaminhada para a Câmara. Mas eu considero que as manifestações dos conselheiros, tanto de SMDU quanto de SEL, são muito importantes para aprimorar o processo aqui do projeto de lei e também para fazer essas adequações até de redação específica. Então a minha proposta seria retirar de uma votação na data de hoje e, para nós termos celeridade, marcarmos nos próximos 15 dias, uma extraordinária com essas incorporações e com essa força-tarefa de SEL e SMDU, especificamente, se compondo com a comissão.

Cons. Maria Lucia: Eu só queria fazer uma questão de ordem, eu ano entendi muito bem a sua colocação. Concordo em participar de extraordinária. Eu só não entendi se o coordenador da Comissão Técnica aceitou incorporar essas questões que foram levantadas e se vai ser apresentada novo relatório com essas incorporações, ou se a gente vai contribuir para essas modificações. Porque ele apresentou um relatório. E o que eu entendi é que você está propondo que a gente faça críticas a esse relatório ou apresente soluções para esse relatório?

Orador não identificado: Soluções.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pela ordem...

Cons. Maria Lucia: Não, não. Não entendi muito bem, porque você propôs uma coisa, é isso que estou querendo entender. A gente vai fazer as nossas contribuições em cima deste texto, é isso?

Orador não identificado: Isso. Mas presencial. Vão lá até a Comissão e façam as suas colocações.

Cons. Eduardo: Eu me referi a uma força-tarefa. Força-tarefa o que é? São pessoas de SMDU, SEL e do Verde, que é o relator, no caso, sentarem e discutirem. Aquilo que for tirado dessa força-tarefa vai ser trazido para cá, para ser aprovado ou não. É como eu disse se tiver uma coisa que é controversa entre vocês, que seja aberto aqui, votado especificamente aquele item. Como já foi colocado, nós temos direito a voz e voto. Então na hora do voto, se for voto vencido, voto vencido. Mas tem que dar a contribuição. Se ela for uma contribuição benéfica, seguramente esse Conselho votará favoravelmente.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Nilton Jaime de Souza: Eu gostaria de dar uma palavrinha. Meu nome é Nilton. Em relação às colocações que foram feitas pelo André, pela Maria Lúcia, eu estava pensando aqui, e o relatório foi o seguinte: Eu concordo que possa ter algumas falhas, de redação. Porque como eu expliquei no começo, eu peguei o relatório de 2010, e a gente alterou só os artigos que foram contestados por SMDU e por SEHAB. Então realmente eu não fiz uma revisão tão profunda. E eu acredito que possa ter, mesmo, esse equívoco aí na introdução do relatório. Em relação ao banco de dados que você citou, eu também não tenho nada contra de...

Orador não identificado: Eu estava falando contribuições, não era...

Cons. Maria Lucia: Não críticas. Nós estamos aqui, tentando...

(falas sobrepostas)

Nilton Jaime de Souza: Quanto à NR3, também é um assunto que foge da minha alçada, porque eu sou engenheiro eletricista, então, também, nada a opor. Eu acredito que isso poderia ser alterado aqui, até agora, nesse momento, e ser votado. Agora, se for fazer uma nova reunião, como foi proposto, eu só peço que venha por escrito essas alterações. Porque eu sinto que eu esgotei a minha capacidade intelectual. Cada vez que eu faço uma alteração nesse relatório, e ele vem aqui, alguém fala alguma coisa, faz alguma observação, até justa.

Orador não identificado: Nilton, os detalhes a gente acerta depois. Fica a proposta de que haja as participações de SEL e SMDU, por escrito, presencial, de todas as maneiras, e a gente traga para a próxima reunião extraordinária, dentro de 15 dias. Isso que eu queria propor para o plenário, aqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Os conselheiros estão de acordo? Então vamos para a finalização, com os informes. senhor Abel, conselheiro, por gentileza.

Cons. Abel: Bom dia a todos conselheiros e conselheiras. Eu vou dar um informe do Pré-CIMEA. Informe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental. Vem do Pré-CIMEA do Fernando Martins. Caro Conselheiro, cara conselheira. Na segunda audiência pública a discutir a política de educação ambiental de São Paulo, foi realizada no dia 25 de setembro, e observamos que a lei ganhou considerável qualidade nos educadores ambientais do Pré-CIMEA. Até comissão institucional municipal e educação ambiental, analisada no segundo substitutivo para o Projeto de Lei 235/2012, apresentado naquela ocasião, e adoramos importantes contribuições, nas quais contamos que sejam incorporadas no texto final na Política, as mesmas foram encaminhadas ao Vereador Dalton Silvano, que no dia 30 de setembro, prazo por ele estabelecido. Esperamos com isso que São Paulo tenha enfim, uma ótima política de educação ambiental. E continuaremos acompanhando todo o processo de compartilhamento das informações que tiverem, caso queiram conhecer sobre mais essa política, acessem os documentos dos nossos dados: presimea.sp.wex.com.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Só informando você ao seguinte: esse trabalho da Pré-CIMEA está na mão do Vereador Dalton Silvano, e então está correndo dentro daquilo que foi combinado.

Cons. Abel: Eu só pedi para citar, inclusive, que está dentro dos conformes.



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Evandro Reis, por gentileza.

Cons. Evandro Reis: Bom dia a todos os conselheiros, conselheiras. Só um informe. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente estará promovendo no dia 10 de novembro o primeiro passeio ciclístico e ação socioambiental na zona norte, no Parque do Trote. Isso é um evento que ainda está em fase de planejamento. Todos os conselheiros estão convidados a participar. E esse evento está aberto, nessa fase de planejamento, a novas parcerias. Aqueles que tiverem interessados é só me procurar após a reunião. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheiro Ivo, por favor.

Cons. Ivo: Na realidade, não é bem um informe. É um agradecimento pela ação da Secretaria do Verde, através do Evandro, com a festa do Parque do Carmo, Parque Olavo Setúbal. Um agradecimento particular ao Evandro, (incompreensível) que colocou todo o pessoal dele lá, e foi um evento maravilhoso. Então, eu, como representante da Leste 1, me senti honrado em estar com vocês lá, tanto no dia quanto no dia em que a Globo também esteve lá para fazer plantio. Ontem estivemos na Câmara Municipal, a Comissão Permanente de Meio ambiente, no qual estava discutindo a questão daquele parque Brasilândia. E eu só queria sensibilizar a essa comissão, meus pares, que nós temos que manter a esperança pelo parque. Eu falei com o Quintino, nosso conselheiro que hoje não está a questão da legalidade que a prefeitura não tem como ela intervir, para entrar na justiça para tirar aquele povo. Enfim, a proposta feita foi que os proprietários, será conversado com eles, para que eles acionem. Porque é necessário, para que a gente possa recuperar aquela área. Enfim, só estou informando e espero que nós, junto aos senhores da Secretaria, possamos manter essa esperança daquela recuperação. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. E abrindo uma exceção, a pedido do conselheiro Vereador Dalton Silvano, que não está informe pela Senhora Maria Lúcia Ramos Bellenzani, Assessora do Vereador Nabil Bonduki. A senhora tem dois minutos, por gentileza.

Maria Lúcia Ramos Bellenzani: Bom dia a todos. Eu agradeço em nome do Vereador Nabil e da Comissão de Política Urbana Metropolitana de Meio Ambiente, a oportunidade de vir dar esse informe aqui. Como os senhores sabem o projeto de lei do Plano Diretor, que é o Projeto de Lei nº 688/2013, deu entrada na Câmara e agora se inicia um novo ciclo de debates. Além daquele que foi no âmbito executivo, agora nós teremos uma série bastante intensa de audiências públicas no âmbito do legislativo. Elas se iniciam agora, neste sábado, dia 26, e elas vão até meados do mês de dezembro, quando começam a redação do substitutivo que será redigido e no mês de fevereiro, quando a Câmara retoma os seus trabalhos, essa nova minuta vai passar por audiências públicas, as finais, para referendar. O processo vai se dar com base em audiências temáticas e territoriais. Então eu estou aqui, com o cronograma das temáticas que já foi fechado, e vão ser debatidos assuntos como estruturação urbana e mobilidade, audiência temática das redes de estruturação urbana e adensamento, dos instrumentos urbanísticos, das ZEPECs, das zonas de preservação cultural, dos espaços para produção de moradia, que são as ZEIS e um momento, do sistema de gestão democrática, das macro áreas de proteção, do sistema ambiental urbano e das áreas de redução de vulnerabilidade. Em especial, as duas audiências que dizem respeito ao sistema ambiental urbano, de proteção ambiental, que vai acontecer no dia 09 de dezembro, e a do sistema ambiental urbano, que vai acontecer no dia 18 de novembro, é muito importante a participação dos senhores conselheiros. As audiências territoriais ainda não foram fechadas as datas, mas o processo vai se dar da seguinte forma, vai



ATA DA 154ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ter uma grande plenária na região, seguidas de audiências públicas em todas as subprefeituras. A primeira plenária, que já tem data fechada, dia 26, é na zona leste, no CEU Jambeiro, e a partir daí vão começar as audiências públicas nas subprefeituras da leste. Depois vem a plenária da região Centro-Oeste e as audiências públicas da região Centro-Oeste. Depois as audiências públicas da Sul e depois, por fim, a da Zona Norte e as audiências públicas. Eu vou deixar para vocês o cronograma das temáticas que já está fechada. Vou encaminhar por e-mail, para vocês do CADES. As temáticas já estão no site da Câmara, as territoriais ainda não. E queria pedir à vocês um esforço de colaboração no sentido de divulgar e mobilizar, em especial, junto aos CADES Regionais, para que participem dessas audiências públicas. O que está sendo discutido é o projeto de lei, ou seja, o fruto daquela laboração que começou em abril e finalizou agora. Muito obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado. Sugestão para inclusão de pauta para as próximas reuniões. Algum conselheiro? Não tendo, passo a palavra ao Presidente.

Secretário Adjunto Manoel Victor: O Evandro falou sobre passeio ciclístico, eu não sei se ele vai distribuir bicicleta. Cada um com sua própria bicicleta. Então feito o esclarecimento. Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos os conselheiros, os presentes. Dou por encerrada a 154ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Obrigado a todos. Bom dia.

Manoel Victor de Azevedo Neto

Secretário Adjunto
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO AZZONI
ALOÍSIO BARBOSA PINHEIRO
ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA
ÂNGELA MARIAS BRANCO
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO STOROPOLI
EVANDO REIS
FERNANDO BORGES FORTES
GEORGE DOI
IVO CARLOS VALENCIO

LOURDES ELIZABETH RESS
LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA
MARIA LUCIA TANABE
MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
MILTON ROBERTO PERSOLI
OCTACÍLIO DE OLIVEIRA ANDRADE JUNIOR
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
ROSANGELA VERISSIMO DA COSTA SARTORELLI
VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO

Conselheiros suplentes presentes:

JOSÉ CARLOS ANDERSEN / OLGA MARIA SOARES E GROSS.

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot